

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA MARIA FERREIRA E SILVA

PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Parnaíba – PI
2009

ANA MARIA FERREIRA E SILVA

PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia, sob a orientação do Prof.
Esp. Antonio Marcos Silva Costa.

Parnaíba – PI
2009

ANA MARIA FERREIRA E SILVA

PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Monografia apresentada a UESPI de Parnaíba,
para obtenção de grau de Licenciatura Plena de
Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Antonio Marcos Silva
Costa.

Aprovada em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof^a. Msc. Maria de Jesus Marques Silva
Presidenta da Banca Examinadora

Prof^a. Esp. Maria do Carmo Lima Fontenele
Banca Examinadora

Prof^a. Esp. Luciane Viana Duarte Melo
Banca Examinadora

Dedico este trabalho ao meu filho Alexandre e ao meu esposo Arquimedes, pelo apoio e compreensão.

Agradeço a Deus por sua infinita bondade aos meus amigos(as) e ao meu orientador Antonio Marcos Silva, que muito contribuíram para a concretização deste trabalho.

Então Deus disse: façamos o homem à nossa
imagem e semelhança.

(Gênesis 1.26)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo revelar as diversas formas de racismo dentro das Instituições de Ensino e ressaltar a importância da Cultura Afro-brasileira e suas implicações no ensino básico. Acredita-se que a educação é a base de uma sociedade melhor, e para tanto deve ser infinitamente livre de preconceitos, racismos e discriminações de toda espécie. Essa sociedade será concretizada quando as políticas de reparação em prol dos menos favorecidos acontecerem de maneira justa e eficaz. Repensar as práticas e conceitos estabelecidos dentro da escola pode diminuir a discriminação e suas repercussões nas instituições de ensino. Contudo, as Instituições de Ensino devem ser mais acolhedoras, democráticas e o professor estar comprometido em ampliar as discussões sobre as relações de igualdade racial, favorecendo o resgate e a valorização da cultura do seu povo. Que esse trabalho possa servir de subsídios e que possa dar oportunidade aos educadores e também a comunidade de forma geral repensar seus conceitos e atitudes, encontrando formas de oferecer uma educação igualitária baseada no respeito mútuo e entendendo a beleza infinita que há nas diferenças culturais do nosso país.

Dentro disto se insere a minha discussão sobre a teorização da análise do discurso, presente em vários autores como Florestan Fernandes(2003), Maria L. Aranha(1996), Albuquerque(2006), Parâmetros curriculares(1998) entre outros.

Palavras - Chave: Educação. Discriminação. Igualdade

ABSTRACT

This work aims to reveal the diverse forms of racism inside of the Educational Institutions and to stand out the importance of Culture Afro-Brazilian and its implications in basic education. We believe that the education is the base of a better society, therefore it must be infinitely free of preconceptions, racisms and discriminations of all species. That society will be materialize when the politics of repairing in favor of less favored to happen in fair and effective way. Rethinking the practices and the concepts established inside the school can diminish the discrimination and its repercussions in the Education Institutions. However, the Education Institutions must be more welcoming, democratic and the teacher to be engaged in extending the discussions about the relations of racial equality promoting the rescue and the valuation of the culture of its people. Thus, we can offer subsidies that can also give chance to the educators and the community to rethink its concepts and attitudes founding ways to offer an equality education based on respect and understanding of the infinite beauty that exist in the cultural differences of our country.

This falls within my discussion of the theory of discourse analysis, present in many authors as Florestan Fernandes (2003), Mary L. Spider (1996), Albuquerque (2006), Curricular Parameters (1998) among others.

Key- Words: Education. Discrimination. Equality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPITULO I – O NEGRO NO BRASIL	11
1.1 A presença do negro na sociedade brasileira.....	11
1.2 O negro no Brasil	14
1.3 O acesso à educação	17
CAPITULO II – DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	21
2.1 Identidade negra	21
2.2 O educador multicultural.....	24
2.3 Discriminação racial na escola	27
2.3.1 Cotas nas universidades.....	30
2.3.2 Lei contra o racismo	31
CAPITULO III – O PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DE DADOS.....	33
3.1 Tipo de pesquisa.....	32
3,2 Procedimento metodológico da pesquisa	32
3.3 Apresentação e análise de dados	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
APÊNDICE	42

1. INTRODUÇÃO

Ao observar a realidade, percebe-se que a discriminação é círculo vicioso que pode apresentar-se de várias formas e em todos os lugares, causando problema danoso de grandes proporções à sociedade. O preconceito nasceu com o homem, ele vive intrínseco na personalidade de muita gente e nem as crianças estão imunes a ele.

O preconceito racial consiste em práticas sociais extremamente destrutivas para a autoimagem de quem é vítima dessa situação. A grande maioria da sociedade nega a existência do preconceito, mas percebe-se que muitas crianças, quando chegam à escola, já vêm com conceitos pré-estabelecidos de discriminação, transmitidos por seus pais ou outros adultos com os quais convivem.

Diante de tudo isso, resta saber: de que forma as manifestações preconceituosas interferem no processo ensino-aprendizagem? A escola pode ser considerada, como um dos espaços que interferem na construção da sociedade. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar sua identidade e diferenças quanto pode discriminá-las.

O objetivo do estudo foi verificar os efeitos danosos e prejudiciais que o preconceito desencadeia no ambiente escolar, afetando o processo ensino-aprendizagem. E diante dessa averiguação, caracterizar as formas de preconceitos; listar as formas de manifestações e observar as atitudes dos docentes no intuito de combater a discriminação racial.

Quem é vítima de preconceito desencadeia um sentimento de baixa autoestima, distanciando-se dos outros, prejudicando seu desenvolvimento social; a discriminação limita o acesso e a permanência na escola, por se sentirem rejeitados.

O presente trabalho fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e de campo, realizada em uma escola da rede municipal de Parnaíba com a colaboração dos alunos do 9º ano do ensino fundamental que se prontificaram a responder a um questionário que ajudou na conclusão desse trabalho.

Há muito o que se falar sobre preconceito racial. Por não ser possível dar conta de tudo, selecionei alguns pontos que serão apresentados nos seguintes capítulos: primeiro, apresento o contexto histórico da contribuição do negro na formação da sociedade brasileira, suas conquistas com o Movimento Negro e seu ingresso no ambiente escolar.

O segundo capítulo trata da identidade do negro e a sua autoafirmação, a presença do docente como agente colaborador para minimizar as manifestação de discriminação no ambiente escolar, as cotas e a lei que coíbe a prática de discriminação.

No terceiro capítulo, vem o percurso metodológico da pesquisa, tipo desta e como foram desenvolvidas as atividades dentro da escola, a análise e a discussão dos resultados da pesquisa de campo.

Em seguida, apresentam-se as considerações finais, na qual se destaca a análise das hipóteses e se os resultados adquiridos confirmaram ou não as indagações.

Finalmente, vale ressaltar que a educação é fundamental para diminuir as desigualdades sociais e raciais. Espera-se que as políticas educacionais fortaleçam a oferta de uma educação de qualidade, para que ninguém seja excluído.

CAPÍTULO I

1. O NEGRO NO BRASIL

1.1. A PRESENÇA DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Os anos de escravidão dos negros aprofundaram o abismo de sua exclusão na sociedade. Eles exerceram um papel tão importante na formação da sociedade e em contrapartida foram vítimas de preconceito e discriminação.

Expressões como racismo, preconceito, discriminação racial, à primeira vista podem parecer palavras comuns, mas é preciso compreender seu significado para entender o que a sociedade faz em relação aos negros no Brasil.

“Discriminação racial – tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicas. (...) Preconceito - conceito ou opinião formados antecipadamente, sem conhecimentos dos fatos. É uma idéia preconcebida e desfavorável a um grupo racial étnico, religioso ou social. Implicam aversão e ódio irracional contra outras raças, credos, religiões, etc. Racismo - muito mais que apenas discriminação ou preconceito racial, é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores a outras.(...) O racismo deforma o sentido científico do conceito de raça, utilizando-o para caracterizar diferenças religiosas, lingüísticas e culturais e pregam a segregação ou a eliminação das raças consideradas inferiores.(CARNEIRO, 2002, p.6)”

A discriminação racial é um problema histórico. É uma questão relevante para se refletir, pois sem ele não compreenderíamos essa situação que ainda hoje prejudica e separa tantas pessoas. Há vários procedimentos que podem acabar ou melhorar essas atitudes, porém é preciso conhecer o histórico de como começa essa separação.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, não existia mão-de-obra, eles procuraram utilizar o trabalho dos índios, entretanto esta escravidão não foi adiante porque eles não aguentavam o trabalho árduo. Os religiosos, presenciando essa situação, colocaram-se em defesa dos índios, condenando essa escravidão. Assim os portugueses foram buscar os negros na África para submetê-los ao trabalho em suas colônias.

O Brasil foi um dos países que mais comprou e escravizou a população africana. Esses negros eram mantidos nas fazendas como propriedade do homem branco. Esse grande número de negros na lavoura canavieira se deu a sua grande expansão nos séculos XVI e XVII e, posteriormente, na mineração e na lavoura cafeeira (séc. XVI e XIX) respectivamente. A escravidão negra era um negócio lucrativo. Ao serem vendidos como mercadoria, os negros

eram um produto de grande valor, pois sua força de trabalho era utilizada para todas as atividades. Os negros tornaram-se “os pés e as mãos” do senhor de engenho.

Segundo Nabuco,

“(...) a palavra escravidão (...) não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; (...) a dependência em que o comercio, a religião, a pobreza, a industria, o Parlamento, a Coroa, o Estado enfim, se acham perante o poder agregado da maioria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de antes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão submetidos. (1997, p.60)”

Essa realidade era bem visível nas fazendas de açúcar ou nas minas de ouro; escravos eram tratados de maneira desumana, trabalhavam muito recebendo apenas trapos de roupa e uma alimentação de péssima qualidade. Viviam em senzalas (galpões escuros, úmidos e com pouca higiene) acorrentados para não fugirem, sofriam constantemente castigos físicos, o açoite era a punição mais comum. Por causa dessa situação, durante o império os negros promoveram muitas revoltas. As rebeliões, as fugas, os quilombos, os trabalhos mal executados ou não cumpridos, eram uma forma de manifestarem seu protesto. Essas articulações realizadas pelos negros tinham o objetivo de romper com o processo massificador a eles impostos, que portanto, refugiavam nos quilombos para organizar uma vida partilhada sem injustiças, oferecendo forte resistência às tropas governamentais e a dos senhores que os atacavam.

Mas uma legislação rígida e a repressão sufocavam todas as revoltas, impedindo que os escravos concretizassem seus ideais de liberdade. À luta dos negros veio se juntar, a partir do século XIX, o protesto de alguns setores da classe dominante, que conduziram o processo de emancipação. O fim do tráfico negreiro, em 1850, acarretou um sério problema de mão-de-obra para a lavoura cafeeira em expansão, evidenciando as limitações que o regime escravocrata impunha à economia brasileira. A preocupação dos cafeicultores em relação à falta de braços para as lavouras do café eram reforçados pelos inúmeros jornais que relatavam a fuga em massa por parte dos escravos e atos de extrema violência contra capatazes e proprietários. Entretanto, alguns estudos sugerem que pouco tempo após a abolição, muitos ex-escravos voltavam para as fazendas, pois estavam sem emprego, num momento econômico do país em que ainda havia poucas alternativas além do trabalho no campo.

Mas a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870) o movimento abolicionista ganha impulso. Milhares de ex-escravos que retornam da guerra vitoriosos, muitos até condecorados, se recusam a voltar à condição anterior e sofrem a pressão dos antigos donos.

Depois da guerra o império estava desgastado econômica e politicamente, deflagrando a campanha pela abolição.

Em 28 de setembro de 1871, foi promulgada a chamada Lei do Ventre Livre que estabelecia que os filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam pessoas livres. O proprietário deveria criar os menores até os oito anos, quando poderia entregá-los ao governo e receber uma indenização, ou mantê-los consigo até os 21 anos. Porém, a lei não chegou a ter valor, a situação do escravo continuou a mesma já que dava aos senhores a tutela dos libertos até os 21 anos de idade, o que na prática, representava a manutenção da condição servil.

A partir de 1880, os movimentos abolicionistas contribuíram para algumas mudanças na sociedade, tais como a introdução do trabalho assalariado, as atividades das indústrias e o crescimento da população livre das cidades. A partir daí, os abolicionistas concentraram campanhas para difundir suas ideias e incentivavam a fuga e as rebeliões contra os senhores, desorganizando o trabalho na lavoura. Eram ajudados por imigrantes que doutrinavam os negros, mostrando as injustiças da escravidão. A partir daí, organiza-se em todo o país, movimento de repúdio à escravidão, foram vários sinais positivos em favor dos negros, criando uma tensão entre os senhores e os abolicionistas, chegando muitas vezes a conflitos de grandes proporções.

Em 28 de setembro de 1885, o Visconde do Rio Branco, autor da lei sancionou a Lei do Sexagenário, que considerou livres os escravos com mais de 60 anos. Muitas alforrias eram feitas, também, por testamentos, além do dinheiro conseguido entre o povo. Nesse clima, a escravidão estava desgastada, sendo ineficazes as tentativas de deter o processo de abolição. Assim, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, que substituíra o imperador, assinou a Lei Áurea e foram libertos cerca de 750.000 negros cativos.

Os fazendeiros, usineiros, cafeicultores,*comerciantes e senhores em geral, sentiram-se prejudicados com a abolição da escravatura, tendo inclusive, alguns, entrado na Justiça contra o governo, no sentido de serem ressarcidos de seus prejuízos, com o pagamento de salários que agora tinham que fazer a seus ex-escravos.

Essas pessoas foram jogadas no mundo dos brancos sem nenhuma indenização ou reconhecimento de direitos. Era natural que eles tivessem acesso a construir o seu destino na terra em que viviam e sua emancipação à sociedade. Os abolicionistas defendiam que todos os descendentes africanos fossem escravos ou livres, deveriam ter o direito de viver no país com seu trabalho e sem sofrimento. No entanto, o destino imediato dos negros libertos não foi o mais confortável. Deixaram a condição de servos, mas não obtiveram qualquer concessão

oficial de assistência, sendo sujeitos à miséria completa. Largado à própria sorte, esse grande contingente de pessoas se viu sem perspectivas de trabalho, de educação e de inclusão social. Livre da escravidão, o negro tornou-se um assalariado desqualificado diante do sistema produtivo que se instaurava no país e, conseqüentemente, marginalizado. A liberdade não trouxe a tão sonhada igualdade, sua exclusão fez com que fosse duplamente discriminado: por ser negro e por não ter condições.

Deve-se lembrar que a construção do país hoje conhecido como Brasil foi possível devido à força de trabalho dos povos negros africanos e de seus descendentes durante os períodos Colonial e Imperial. Sem estes trabalhadores, a metrópole portuguesa dificilmente teria condições de povoar e explorar os ricos recursos encontrados no território, principalmente em razão da restrita população de Portugal na época.

1.2. O MOVIMENTO NEGRO

O negro no Brasil é sinônimo de sub-raça, logo, classe inferior. Historicamente o negro é marginalizado pela sociedade, mesmo após anos da libertação, eles continuam lutando pelo seu espaço e cidadania. Depois da África, o Brasil é o país que concentra a maior população negra do mundo e também onde os negros permanecem ocupando a mais baixa localização na pirâmide social.

Um outro aspecto acerca das imagens atribuídas aos negros é que elas não apenas sofreram transformações no pós-abolição refletidas nos jornais, como também se expressaram através de proibições realizadas pela polícia, em negligências por parte das autoridades e em justificativas para delimitação de espaços previamente escolhidos. Kössling, nos apresenta o relatório da Secretaria de Segurança Pública, em que:

“(...) A Delegacia de Costumes comunicou que efetivamente, aos sábados e feriados, a rua Direita era totalmente tomada por elementos de cor, entre os quais muitos se comportaram sem a compostura devida, pelo que sugeria maior policiamento repressivo no assunto (...) Secretaria de Segurança Pública. Relatório Policial de 07 de fevereiro de 1945. (Kössling, 2004, p. 9)”

Discriminados pela população branca, os negros eram vítimas de exclusão nos espaços sociais e culturais. Houve a proibição do trânsito e permanência de afro-descendentes na Rua da Direita, em São Paulo, em meados da década de 40, a polícia chegou ao ponto de proibir o passeio de negros nas calçadas e nas ruas comerciais. Os comerciantes brancos reclamavam

que a “negrada ocultava as vitrines”. A partir daí, foram surgindo espaços criados para negros e frequentado só por eles. Esta organização foi se ampliando criando movimentos de massa que protestavam contra a discriminação racial que massificava o negro de sua participação socioeconômica do país.

A partir daí, o Movimento Negro intensificou sua mobilização para que a sociedade despertasse para as injustiças. Em 1945 foi realizada a primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro, depois aconteceram congressos e a fundação do primeiro Conselho Nacional de Mulher Negra. O movimento negro cumpriu um papel importante do ponto de vista do questionamento e a utilização política e ideológica desse processo que as elites fizeram desde então.

Em 1980 é instituído o dia Nacional da Consciência Negra. A partir daí as comunidades negras passam a fazer parcerias com outras entidades sensíveis à causa. Os militantes negros, buscam em alguns poucos partidos políticos de esquerda assimilar a luta racial e inseri-la em sua pauta política. O Governo Federal instituiu o Grupo de Trabalho encarregado de viabilizar a temática racial em suas ações públicas, atendendo às demandas dos movimentos sociais. Alguns poucos governos estaduais e municipais criam na estrutura governamental: Grupo de Trabalho, Departamento, Programas e Secretaria de Promoção e defesa das populações afro-brasileiras para tratar dessa questão.

Toda reivindicação do Movimento Negro é para reparar os danos causados aos afro-descendentes, pelos tantos anos de exclusão e a privação do direito de cidadão. Ao falar sobre as relações raciais não se pode deixar de reafirmar o caráter fictício de superioridade de uma raça sobre a outra. Florestan conclui de forma muito clara e objetiva de que não existe democracia racial no Brasil e que isto não passa de uma ideologia que procura ocultar a face racista e da dominação de classes que é praticada pelas elites burguesas brasileiras.

“O mito da democracia racial teve um papel de manutenção do Status que só começou a ser contestado a partir do momento em que os próprios negros alcançaram condições materiais e intelectuais de combaterem esta ideologia que não era apenas o pensamento das elites burguesas, mas também uma ideologia de Estado (Florestan, 2003)”

Sabe-se que não há uma democracia racial e a realidade que os afro-descendentes estão expostos a muitas desvantagens que foram transmitidas de geração para outra, e que tal situação necessita de mudanças e novas posturas da sociedade.

O termo exclusão é o que mais fielmente traduz a condição em que se encontra o povo negro no Brasil e no mundo. Nos últimos anos, experimentou-se, em escala mundial, uma

dominação e descaso. No Brasil, é a parcela negra da população a mais duramente atingida pelo desmonte das políticas sociais e de saúde, pelos sistemas de controle populacional, pelo desemprego crônico, pela fome e a violência do latifúndio, do aparato policial e dos grupos de extermínio. É negra a maioria de crianças que vivem nas ruas e de jovens assassinados nos centros urbanos.

O Brasil possui uma maior abertura para discutir os problemas da sociedade, devido à grande luta do Movimento Negro neste país. Neste início de século, parece não haver dúvidas sobre a consolidação do movimento negro no cenário das lutas sociais do Brasil. Seu combate contra o racismo chega ao século XXI de modo bastante forte e atuante, numa demonstração de importância em relação ao conjunto dos movimentos sociais

A Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, foi proposta do movimento Negro ao longo do século XX. Trata da política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, buscando combater o racismo e a discriminação.

O sucesso das políticas públicas de estado, institucionais e pedagógicas visando as reparações, reconhecimento e valorização da identidade da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais, e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens: em outras palavras, todos os alunos negros e não negros bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Dependem também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designados como relações étnico-raciais. Depende ainda de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativo escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças étnica, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais, não se limitam a escola (BRASIL, 2005, p.13).

A lei não irá mudar por si só a tradição discriminatória dentro das escolas ou mesmo da sociedade, mas a contribuição do professor são elementos fundamentais no ato pedagógico, que deve ter uma postura política. É um processo significativo saber que a cultura afro-brasileira será refletida dentro do espaço escolar, visando à autoestima por meio do conhecimento de suas origens.

Os negros estão tendo uma mobilidade social e vêm conquistando uma vida melhor e ampliando as fileiras da classe média. Paralelamente, os movimentos negros afirmam com orgulho sua herança e se mobilizam contra as manifestações de racismo no Brasil. Trata-se, porém, de um racismo ambíguo, contraditório, característico de uma sociedade marcada por séculos de escravismo, mas também de mestiçagem étnica e cultural.

1.3. O ACESSO À EDUCAÇÃO

A escola faz parte de um contexto social múltiplo que envolve diferentes realidades. Essa diversidade social frequentemente é alvo de comparações, desigualdades e preconceitos, e a escola, sendo parte da sociedade, sofre reflexos dessas desigualdades. Contudo, ao longo da história, é sabido que as escolas brasileiras, ainda hoje não constituem espaços com igualdade de tratamento e de oportunidade.

No século XVII, o ensino no Brasil ainda era monopolizado pelos jesuítas, que administravam uma educação conservadora e excludente. Por se tratar de uma sociedade agrária e escravista, não havia interesse pela educação, produzindo uma grande massa de iletrados. As mulheres não participavam do ensino, da mesma forma que o negro cujos filhos não eram vistos pelos padres, como acontecia com os curumins. Na condição de escravos, constitucionalmente os negros não podiam ser alfabetizados porque não houve elaboração de medidas que facilitassem o acesso desta população à educação.

Diante da importância da educação, os mulatos começaram a reivindicar espaço na escola, o que provocou um incidente conhecido como “questão dos maços pardos”, os colégios jesuítas haviam proibido a matrícula de mestiços pelo motivo de eles serem muitos e provocarem arruaças.

Na verdade não havia uma política de educação sistemática e planejada nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Na estada de D. João VI, foram criadas Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real e a Imprensa Régia (primeira imprensa oficial que criou o primeiro jornal impresso no Brasil). Essas intervenções só beneficiavam os nobres, os proprietários de terras e uma camada intermediária, surgida da ampliação dos quadros administrativos. Não havia vinculação entre os currículos dos diversos níveis, aliás, as disciplinas eram escolhidas aleatoriamente, sem qualquer exigência. Não havia recursos para a construção de escolas, remuneração do professor, pouco se fez pela educação brasileira e muitos reclamavam de sua pouca qualidade.

Quando D. João VI voltou a Portugal, seu filho D. Pedro I proclama a Independência do Brasil e, outorga a primeira Constituição Brasileira de 1824, ao mesmo tempo em que previa erradicar o analfabetismo entre os cidadãos livres, o Art. 179 desta Lei Magna dizia que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, mas por outro lado proibia os escravos de frequentarem as escolas públicas, excluindo-os através de um decreto criado em 1854.

Não houve mudanças reais que dessem garantia a todos. A educação continuou a ser privilégio de uma elite. Tentaram fazer reformas que pudessem dar um novo impulso, mas não houve transformação significativa. Os negros se organizaram em vários segmentos para reivindicar uma ação mais eficiente das políticas públicas para as relações raciais, mas pouco foi feito.

Na Segunda República (1930-1936), a revolução de 30 foi o marco referencial quando o Brasil recebeu capital estrangeiro para ampliar e diversificar o mercado interno e a produção industrial. A realidade brasileira cresce a disparidade regional, os centros urbanos sofrem pelo crescimento da população e aumenta a distorção da concentração de renda agravando a pobreza. O Brasil precisava investir em educação para ter uma mão-de-obra qualificada, foi assim que a população negra viu na escolarização a única forma possível de mobilidade social. Estudar se tornou para o negro, além de necessidade, um desejo tanto individual, como coletivo, e assim apresentar à sociedade que o negro estava apto a crescer.

Somente após a Primeira Guerra Mundial, com a chegada dos imigrantes e o início da industrialização começou a aparecer uma maior preocupação com a escola. Entretanto de forma mais concreta, somente a partir dos anos 60, do século XX, a partir de movimentos populares, de mobilização sindical se concretizaram as primeiras experiências de popularização da escola. Mas esse princípio de educação popular foi extinto com a instalação do Governo Militar. Em 1964, um golpe elimina todas as iniciativas que poderiam revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram de tendência comunista e, portanto, repletas de ideias subversivas.

A sociedade dividida em classes, a posse dos instrumentos de sistematização do saber não se dá de maneira homogênea, mas excludente, despertando assim o ativismo negro-brasileiro pós os anos 70. Os Movimentos Negros constatarem a falência do projeto da modernidade onde a escola, como espaço democrático de socialização para inclusão social, não tem efetivamente garantia de inclusão com dignidade para uma parcela significativa da população brasileira. Assim, até o início da década de 80, com um número de escolas públicas insuficiente para o atendimento da demanda e programas educacionais altamente seletivos, a população pobre e negra ficava fora da escola.

A Constituição Federal 1988 traz reivindicações do Movimento Negro, de uma forma tímida;

Art. 205, "A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho”. Art. 206 “O ensino será ministrado com base nos princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamentos, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 2004, p. 134).

Sendo a educação um direito público, nada mais natural que os indivíduos, sobretudo em ações coletivas, demandem o Estado, responsabilizando-o pelas carências, pela exclusão e outras violações de direitos que decorram de ações ou omissões das políticas educacionais.

A Constituição quando adota como princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, compreendido como efetivação, tem o objetivo de “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, prevê uma sociedade com escolas abertas a todos, em qualquer etapa ou modalidade, bem como o acesso a níveis mais elevados de ensino.

Cretella afirma que:

O art. 208, § 1º, da Constituição vigente não deixa a menor dúvida a respeito do acesso ao ensino obrigatório e gratuito que o educando, em qualquer grau, cumprindo os requisitos legais, tem o direito público subjetivo, oponível ao Estado, não tendo este nenhuma possibilidade de negar a solicitação, protegida por expressa norma jurídica constitucional cogente (Cretella, 1993, v. 8, p. 4418).

É básico na formação do cidadão, pois, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira.

A educação pode ser o instrumento inigualável para concretizar o princípio da igualdade. Para isso é imprescindível, e cremos possível assegurá-la a todos e para todos. Sem dúvida, a tarefa é difícil e complexa, pois a educação tem funcionado também como instrumento para criar e perpetuar desigualdades.

Mais um passo importante para o ensino foi dado com a Lei Federal nº 10639/03, decretou a inclusão do ensino da história e da cultura afro-brasileiras no Ensino Fundamental e Médio. E a lei passou a valer para todos os níveis da Educação Básica com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

A Lei é significativa por reconhecer o negro e seus descendentes como sujeitos constituintes de nossa história. Reconhecer que: “O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje”. (Diretrizes curriculares

nacionais para educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, 2005, p.7).

A importância de se estudar a história de africanos e de afro-descendentes está relacionada às profundas relações que guardamos com a África. No geral, somos frutos dos encontros e confrontos entre diferentes grupos étnicos como indígenas, europeus, africanos e outros. Tem como principais objetivos, mais diretamente relacionados à questão educacional: promover e apoiar ações para a reformulação do ensino, em todos os graus e modalidades, de modo a valorizar a participação e a contribuição dos africanos e seus descendentes na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.

A história do Brasil e história da África estão intimamente relacionadas, cabendo ao professor ampliar a discussão sobre, por exemplo, a escravidão, introduzindo elementos da história dos africanos, de sua cultura e não tratá-los como simples mercadoria que enriqueciam europeus e tiveram seu trabalho explorado à exaustão no Brasil antes e após a independência política, mas haveria que ressaltar as histórias de resistências, as lutas por liberdade e as contribuições político-culturais dos povos negros.

No caso específico do problema da desigualdade e da discriminação racial no sistema escolar, é flagrante a separação dos direitos anunciados nos tratados internacionais da alarmante realidade, visível a olho nu, diagnosticada nos estudos e pesquisas sobre o tema e denunciada, há décadas, pelas entidades do Movimento Negro.

A escola é um lugar de preconceito, discriminação, intolerância e desrespeito à diversidade cultural. Todavia, a escola também pode ser o lugar de desconstruir essas violações.

CAPÍTULO II

2. DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

2.1. IDENTIDADE NEGRA

Identificar os próprios gostos e preferências, conhecer habilidades e limites, reconhecer-se como um indivíduo único, no meio de tantos outros igualmente únicos. Esse processo de auto-conhecimento, que tem início quando nascemos e só termina no final da vida, é influenciado pela cultura, pelas pessoas com as quais convivemos e pelo ambiente. A escola, assim, tem papel fundamental na construção da identidade e da autonomia de cada criança.

O conhecimento de identidade, de quem eu sou, está intimamente ligado à noção de diferença, quem você é. De acordo com Beust (2005, p.2,), quando bebê, surge a noção do eu e você (mãe), eu e você (pai), eu e você (irmãos) e rapidamente desenvolve a noção do nós (família). Com o tempo, a noção de nós (família) vai sendo ampliada para nós (aqueles de quem gostamos); os diferentes passam a ser eles, os outros. Contudo, o autor também fala em superação de paradigma, construindo “uma percepção em que o eles desapareça, para dar lugar a uma dimensão sempre maior e mais ampla do nós” podendo ser esta noção ensinada na família ou mesmo na escola através, inclusive, da melhoria da qualidade de nosso afeto, respeito, amor e atenção às pessoas, sejam elas quais forem, independente da classificação dada a ela.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, *a identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, do modo de agir e de pensar e da história pessoal* (Brasil 1998, p.13).

A criança, quando tem acesso à escola, entra em contato com outro universo social, ela vai experimentar outras vivências além da familiar, das quais vai adquirir outros conhecimentos de diferentes grupos sociais. Dependendo de como vai ser tratado, pode desenvolver no educando a capacidade de viver em comunidade, na escola, na família, na igreja, enfim, em todos os lugares onde se concentram pessoas de modo a garantir uma relação interpessoal harmoniosa. O mais indicado é criar situações em que as crianças

descubram suas particularidades e proporcioná-las momentos de interação com os colegas, sejam da mesma idade, mais novos ou mais velhos.

↳ Durkheim (1972, p.79), mostra que na busca pela afirmação de sua identidade cada tipo de povo tem um tipo de educação que lhe é próprio e que pode servir para defini-lo.

A relação com outros e com o mundo propõe evidenciar o sujeito único, mas capaz de descobrir as próprias qualidades no momento em que encontra o outro. O saber que um grupo constrói junto é superior ao individual, em volume e importância, e leva o aprendizado mais longe. Há melhores condições de avançar quando se enfoca desse modo o processo de conhecimento.

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante toda a vida, por meio do diálogo, parcialmente exterior ou interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade social são formadas em diálogo aberto e dependem, de maneira vital, das relações dialógicas estabelecidas com os outros.

O primeiro passo é eliminar a comparação de desempenho. É preciso evitar os estereótipos e nunca tomar a homogeneidade como parâmetro. Afinal, não existe uma pessoa igual à outra.

Desde quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades, ligadas ao sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-las do mesmo modo.

As diferenças nos hábitos e costumes são adquiridas com a convivência humana, porque já vem impregnado fruto de várias sociedades, que em contato com cultura eles podem se adaptar ao meio, mas também o adaptam a si mesmos e, mais do que isso, podem transformá-lo.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. (LARAIA, 2001, p.68)

A identidade cultural é um conjunto de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Sendo tão intenso e de tamanha complexidade, podendo compreender que a constituição de uma identidade se manifesta e pode envolver um amplo número de situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos. Entre os processos culturais construídos pelos homens e pelas mulheres na sua relação com o

meio, com os semelhantes e com os diferentes, estão as múltiplas formas por meio das quais esses sujeitos se educam e transmitem essa educação para as futuras gerações. É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulando e também transformando gerações.

A relação entre cultura e educação, não quer dizer que só reduz à escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros. É nesse sentido que a identidade negra é formada pela construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo. Tudo para valorizar a individualidade e a história de cada um.

A autoidentificação torna-se uma sociedade cujos padrões de beleza são europeus enquanto sua população é tão mestiça, um grande problema tem efeitos colaterais altamente destrutivos.

As experiências negativas vivenciadas pelas crianças negras no modelo de sociedade discriminatória brasileira fazem com que elas sejam levadas a construir negativamente imagens sobre si próprias. Em consequência, estas crianças acabam transformando-se em crianças tímidas, com baixa autoestima dificuldades em acompanhar a seriação escolar e algumas se tornam agressivas.

Mas nem todos sabem se defender dos xingamentos preconceituosos. As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória (GOMES, 2003, p.176).

Levando-se em consideração que a escola contribui enormemente para a formação da identidade da pessoa, qual será a identidade da criança negra? Estão os docentes preparados para lidar com a diversidade?. A escola pública, no entanto, que é basicamente constituída pela população empobrecida, filhos de trabalhadores, em sua maioria negra, deverá atentar para o perfil psicológico e o quadro adverso em que se desenvolve a socialização desse seu público alvo.

Certamente, a história de vida dessa população deverá ser o ponto de partida para o favorecimento de seu processo de construção de conhecimento. Ser negro e afirmar-se negro, no Brasil, não se limita à cor da pele e sim na sua postura de assumir sua identidade e

reconhecer seu valor como sujeito participante da sociedade, dotado de conhecimento e memória.

2.2. O EDUCADOR MULTICULTURAL

Diante da perversa relação existente entre fracasso escolar e discriminação racial, é responsabilidade dos educadores reverter este quadro, promovendo discussões com seus educandos sobre a igualdade racial. É necessária uma ação que lhes dê condições de ampliar seus conhecimentos e práticas; desmistificar percepções estereotipadas e preconceituosas; capacitando-os para reconhecer a diversidade étnico-cultural como uma riqueza e um direito do indivíduo e contribuir para que estes sejam agentes ativos do processo de redemocratização do sistema educacional, em prol do exercício da plena cidadania.

A escola é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural e também é o local mais discriminador. Tanto é assim que existem escolas para ricos e pobres, de boa e má qualidade, respectivamente. Por isso trabalhar as diferenças é um desafio para o professor, por ele ser o mediador do conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino-aprendizagem. Na maioria dos casos, os professores nem se dão conta de que o país é pluriétnico e que a escola é o lugar ideal para discutir as diferentes culturas, e suas contribuições na formação do nosso povo.

O acesso de alunos negros nas escolas é resultado, na realidade, da desigualdade praticada pela instituição escolar e pelo próprio processo de seu desenvolvimento educacional. Também a prática opcional da escola silencia sobre as diferenças raciais e sociais, provocando a exclusão do aluno de origem negra pobre, dos alunos com necessidades especiais e de outros.

“As dificuldades atuais serão enfrentadas com sucesso, por meio de políticas sociais de grande alcance e que igualem as oportunidades de brancos e negros; que promovam a criação de melhores escolas nos espaços em que as populações negras e pobres se concentrem” (SILVA 1999, P. 138).

Atualmente, verifica-se uma crise na instituição educacional que reflete diretamente na sociedade atitudes não éticas. A violência, o egoísmo, a falta de solidariedade e a intolerância que imperam em nosso país são exemplos desse reflexo.

Na preparação docente é necessário que algumas idéias possam ser discutidas junto a futuros (as) professores (as). A primeira seria refletir a formação do preconceito, como se

estabelece, como é prejudicial à sociedade e como é camuflado no Brasil. Levantar os próprios preconceitos ajuda também a eliminá-los, ou pelo menos compreendê-los. Trabalhar igualmente essas diferenças não é uma tarefa fácil para o professor, porque para lidar com elas é necessário compreender como a diversidade se manifesta e em que contexto. Portanto, pensar uma educação escolar que integre e reflita todas as questões adversas significa progredir na discussão, buscando o respeito das desigualdades sociais, das diferenças e o direito de ser diferente, ampliando, assim, a busca por uma educação mais participativa e transformadora.

O desafio para o campo da didática e da formação dos professores no que se refere à diversidade é pensá-la na sua dinâmica e articulação com os processos educativos escolares e não escolares e não transformá-la em metodologias e técnicas de ensino para os ditos “diferentes”. Isso significa tomar a diferença como um constituinte dos processos educativos, uma vez que tais processos são construídos por meio de relações socioculturais entre seres humanos e sujeitos sociais. Assim, podemos concluir que os profissionais que atuam na escola e demais espaços educativos sempre trabalharam e sempre trabalharão com as semelhanças e as diferenças, as identidades e as alteridades, o local e o global. Por isso mais do que criar novos métodos e técnicas para se trabalhar com as diferenças é preciso, antes que os educadores e as educadoras reconheçam a diferença enquanto tal, compreendam-na à luz da história e das relações sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, respeitem-na e proponham estratégias e políticas de ações afirmativas que se coloquem radicalmente contra toda e qualquer forma de discriminação (GOMES & SILVA, 2002: p. 20).

Para que ocorram resultados e qualidade no trabalho, exigem-se mudanças no relacionamento do professor com seus alunos e nas ações didáticas adotadas para a socialização do conhecimento, socialização esta necessária para uma sociedade equilibrada em todos os aspectos.

Na escola, o professor precisa estar situado na concepção de educação que percebe a diferença como algo a ser considerado no contexto da escola como elemento de ampliação da aprendizagem. Neste cenário, o currículo é o fio condutor e ao mesmo tempo a malha que tece a pluralidade no contexto da escola.

A compreensão do pensamento do professor, o conhecimento profundo daquilo que ele já sabe pode servir como um indicador daquilo que ele precisa saber, ou seja, das informações que necessita para melhorar seu trabalho junto aos educandos, para preencher lacunas, corrigir equívocos, redimensionar e analisar com criticidade sua prática e buscar soluções alternativas para o cotidiano pedagógico. É importante que os professores valorizem, respeitem e ampliem o conhecimento que os educandos já possuem, formando assim indivíduos confiantes, críticos, autônomos e reflexivos, que estabelecem relações democráticas entre eles.

Os Parâmetros Curriculares, criados pelo MEC em 1998, serve de referencial para a formulação das orientações curriculares de estados e municípios. O tema está presente de modo bastante enfático no tratamento dos Temas Transversais, que contemplam os aspectos de natureza ética quando propõem a abordagem da “Pluralidade Cultural”.

O tema transversal tem como objetivos, entre outros, de possibilitar o conhecimento do patrimônio étnico cultural brasileiro; propõem uma educação comprometida com a cidadania, elegendo princípios que devem orientar a vida escolar como dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação, coresponsabilidade pela vida social. Eleger a cidadania como eixo da educação implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que os desrespeitem, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam, ou seja, valores e também conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva (Brasil, 1997a, p.22-23).

Durante vários anos, os educadores (as) foram formados através de uma visão homogênea. Essa neutralidade imposta através de sua formação fez com que valores básicos da composição cultural e ética da sociedade brasileira fossem ignorados. A valorização de um currículo eurocêntrico, que privilegiou a cultura branca, masculina e cristã, menosprezou as demais culturas dentro de sua composição do currículo e das atividades do cotidiano escolar. As culturas não-brancas foram relegadas a uma inferioridade imposta no interior da escola, concomitantemente, a esses povos foram determinados a classes sociais inferiores da sociedade.

Falar em práticas pedagógicas que contemplem todos é reavaliar a concepção de educação no que se refere à atuação do professor(a), definir como proposta prioritária a reflexão sobre o tipo de homem que se pretende formar, pois ficará mais clara a orientação sobre que conteúdos devem ser trabalhados, a fim de que venham garantir a assimilação e reconstrução crítica por parte dos alunos.

A educação integral e inclusiva não apenas combate formas racistas e preconceituosas, ou se tocaia em tolerâncias, mas se joga em aprender, interagir, dialogar com os outros, enriquecendo o conceito de identidade para além das diferenças.

2.3. DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA

Declaração dos Direitos do Homem, elaborada no século XVIII, consagra a ideia da igualdade de todos os seres humanos, independentemente da sua raça, religião, nacionalidade, idade ou sexo. Embora teoricamente todos os Homens fossem considerados iguais, desta igualdade foram excluídos os negros, os índios e todas as "raças" consideradas "selvagens", "primitivas", etc.

Discriminação e perseguição com base na raça ou etnia são claras violações desse princípio. A discriminação racial pode tomar muitas formas, desde a mais brutal e institucional forma de racismo - o genocídio e o apartheid, até as formas mais encobertas por meio das quais determinados grupos raciais e étnicos são impedidos de se beneficiarem dos mesmos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais comuns a outros grupos da sociedade.

Nesse sentido, se por um lado não temos a segregação racial como aconteceu na África do Sul e nos EUA, os índices de qualquer pesquisa representam um fato inegável: tudo é mais difícil para quem é pardo ou preto no Brasil.

“São as crianças as que mais sofrem, no processo escolar, o preconceito e a discriminação, advindos dessa construção a respeito do negro. Sofrem insultos ligados as características do seu corpo: são os cabelos, os lábios, o corpo de modo geral, fontes de rejeições”. (DIAS 1997, p. 166)

Alguns preceitos de igualdade são por nós mesmos determinados muitas vezes, sem nos darmos conta disto. Ao escolhermos nossos amigos e colegas mais próximos, por exemplo, procuramos consciente ou inconscientemente, características comuns. Dificilmente procuramos para um primeiro contato, alguém que aparentemente é totalmente diferente de nós, seja em qual aspecto for.

A exclusão social de um modo geral pode afastar o indivíduo do meio social em que vive. E essa atitude pode estar relacionada a vários fatores, sejam eles políticos, econômicos, religiosos, entre outros. O preconceito racial é uma forma de exclusão social bastante comum no mundo, porém, pode-se observar que o Brasil, apesar de ser um país com população em sua maioria negra ou afro-descendente, o racismo é uma prática muito frequente, o que nos leva a pensar em qual seria o verdadeiro motivo para tamanha discriminação.

É fato real que no mercado de trabalho e na sociedade, as pessoas de pele negra são menos aceitas que pessoas de pele branca. É óbvio que a cor da pele não julga a competência de ninguém, mas, infelizmente, o preconceito existe e deve ser combatido no Brasil, um país

negro por natureza, que ainda não aceitou ou não conseguiu aceitar esta realidade. É preciso que os negros sejam vistos e tratados como pessoas comuns e normais que são, e não como inferiores aos brancos. Esse é apenas o primeiro passo para a sociedade se tornar menos preconceituosa.

“Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça, se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, os sotaques, diz-se que é de marca, quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem” (HELLER, 1999,)

Preconceito racial é algo que no discurso da sociedade brasileira não existe, porém o que se observa é uma postura totalmente contrária, que se apresenta de forma mascarada, encoberta em atitudes inocentes e casuais que trazem disfarçadas uma forte carga de exclusão racial. A sociedade brasileira vive evitando essa realidade, sem querer discutir o problema. É preciso que se trate o assunto de frente, pois o racismo acontece e de forma sutil, entranhado nos segmentos fundamentais da sociedade e na cultura brasileira e, conseqüentemente, o sistema educacional está incluído neste assunto.

O racismo está presente em vários segmentos do desenvolvimento humano: renda, educação, habitação, saúde, emprego e violência. Os negros estão sempre em situação desfavorável, apesar de o Brasil apresentar 44% de sua população afro-descendentes, eles estão entre as principais vítimas da desigualdade socioeconômica. A disparidade de renda é intensa, os negros sobrevivem com um valor bem inferior aos dos brancos e, a proporção de negros que vivem nas favelas em condições subhumanas, ferindo a dignidade do cidadão.

Uma outra maneira de estudar as desigualdades entre os grupos de cor consiste em comparar a participação relativa dos mesmos na apropriação da renda nacional. A distribuição destes grupos entre os 10% mais pobres, por um lado e entre o 1% mais rico, por outro, mostra, em 2005, que enquanto entre os mais pobres os brancos apenas alcançam a 26,5% do total, entre os que estão na classe mais favorecida, eles representam mais de 88% dos mesmos. Por sua vez, os pretos e pardos são quase 74% entre os mais pobres e só correspondem a pouco mais de 11% entre os mais ricos. As variações destes percentuais por Grandes Regiões só refletem as diferenças de distribuição por cor na população, mantendo-se as desigualdades favorecendo os brancos em cada uma delas. (IBGE, Ind. Sociais 2006).

A discriminação étnica e o preconceito racial constituem práticas extremamente destrutivas para a autoestima das pessoas que são vítimas dessa situação. O preconceito racial

é uma violência alargada no próprio livro didático e currículo existente, um esconderijo em que se encontra, efetivamente, a divulgação da discriminação no âmbito escolar. As ilustrações contidas nos textos são extremamente preconceituosas, apesar de já ocorrerem algumas mudanças, porém o fato ainda está presente. Nos textos, os personagens negros são inferiores em relação aos personagens brancos, sempre assumindo profissões ou papéis menos nobres, como lixeiro, carroceiro, enquanto os brancos assumem papéis elevados.

Para a população estudante entre 18 e 24 anos, no entanto, a escolarização referida ao nível de ensino frequentado oferece uma percepção mais acurada dos graus da desigualdade racial no País. Assim, para esta faixa de população se pode constatar que, em 2005, enquanto mais da metade dos brancos está cursando o ensino superior (pouco mais de 51%), praticamente a mesma proporção de pretos e pardos ainda cursa o ensino médio (quase 50%) e apenas 19% cursa a graduação (IBGE, Tabela 9.5 e gráfico 9.2).

A sociedade precisa estar estudando, refletindo para compreender como o sistema educacional brasileiro tornou-se excludente e preconceituoso, como também saber por que o número de negros em idade escolar é menor que o de brancos, nas instituições escolares, desde o ensino fundamental até o ensino superior, agravando-se ainda mais neste último. O discurso do professor em sala de aula e do corpo administrativo, na prática, não se concretiza, pois o discurso se distancia em muito das ações praticadas, revelando assim a sutileza da discriminação na escola e a falta de democracia.

Mas, afinal de contas, quem é o aluno discriminado? Com algumas exceções, pertence a classes sociais desfavorecidas e, portanto, sofre de dois tipos de preconceito, o social e o étnico. Tendo em vista estas condições, a criança negra possui pouca expectativa de ascensão social.

O trabalho de educação antirracista deve começar cedo. Na Educação Infantil, o primeiro desafio é o entendimento da identidade. A criança negra precisa se ver como negra, aprender a respeitar a imagem que tem de si e ter modelos que confirmem essa expectativa. Por isso, deve ser cuidadosa a seleção de livros didáticos e de literatura que tenham famílias negras bem-sucedidas, por exemplo, e heróis e heroínas negras. Se a linguagem do corpo é especialmente destacada nas séries iniciais, por que não apresentar danças africanas, jogos, dança, como capoeira e músicas, como samba e maracatu, tudo que faz parte da história e cultura do afro-descendente.

2.3.1. COTAS NAS UNIVERSIDADES

O Plenário da Câmara deve a regulamentação do sistema de cotas em instituições públicas federais de ensino superior. A proposta em discussão reserva metade das vagas dessas universidades para alunos de escolas públicas e garante prioridade para negros e índios. A distribuição seria feita de acordo com a proporção de negros e índios em cada estado.

No Brasil, por causa de tantas injustiças sociais, existe uma pressão muito forte de certas organizações que estão reivindicando do poder legislativo que aprove a lei que disponibiliza uma porcentagem de vagas para alunos negros. Em geral, as concessões acabam gerando “leis remendadas” que não resolvem as injustiças e acabam criando outras fontes de discussão e polêmica.

A crise educacional brasileira, inclusive o acesso restrito de negros ao ensino superior, a má qualidade da escola fundamental pública e a grande desigualdade racial em todos os níveis de ensino já eram amplamente discutidas nos meios intelectuais e políticos quando o governo sugeriu “ações afirmativas” ou de “reparação” para diminuir as desigualdades ao acesso ao ensino superior. O problema tem, na verdade, raiz na desigualdade e forçoso é convir que também o descendente de branco, mas pobre, não ingressa na universidade, especialmente as públicas. O afro-descendente, se não tem acesso ao ensino superior, não é por que é negro, mas por que é, em geral, pobre. Sendo pobre, continuará freqüentando escolas públicas que não lhe darão condições para uma posterior formação universitária. Quem duvida de que, assegurados a todos afro-descendentes ou não, a garantia de acesso ao ensino básico de qualidade, a luta por uma vaga na universidade não seria mais justa, e menos discriminatória?

Há muitas contradições em relação a essas ações afirmativas, há divergências nas opiniões. Os radicais afirmam que o programa de cotas é ilegal e que fere o artigo 5º da Constituição Federal que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

As discussões sobre ações afirmativas para reserva de vagas para negros e indígenas esbarra, entre outros problemas, no critério da autodenominação em que a própria pessoa se identifica como afro-descendente. No movimento negro, tem prevalecido o entendimento de que vale a autodefinição do estudante. Mas o critério tem sido contestado por segmentos contrários à política de cotas, que alegam que o método abre espaço para fraudes e deixa em segundo plano a questão social.

Por outro lado, outros afirmam que é necessária uma determinada medida para compensar o princípio de injustiça para corrigir os danos causados aos negros ao longo dos séculos. Hoje muitas universidades já adotam as cotas, os candidatos ao fazerem à inscrição do vestibular, a instituição exige que responda se vai concorrer pelo sistema universal (sem cotas) ou pelo sistema de cotas. Com isso, há uma ampliação do acesso de pessoas de baixa renda e afro-descendentes.

Muito se questiona sobre essa medida e, nos últimos meses, os grupos que são contra o sistema de cotas levantaram questionamentos na Comissão de Constituição de Justiça do Senado. O ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em audiência pública, defendeu a proposta. O ministro sustentou que estudos mostram que a adoção das cotas como critério de seleção de alunos não deve acirrar conflitos raciais no país. A proposta em análise na CCJ determina que 50% das vagas serão destinadas aos estudantes das escolas públicas. As vagas vão obedecer à proporção de negros, índios e pardos em cada Estado. Deste total, metade dos alunos deve ter renda familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. As instituições têm um prazo de quatro anos para o cumprimento das regras, implementando no mínimo 25% da reserva de vagas determinada pelo projeto a cada ano.

2.3.2. LEI CONTRA O RACISMO

No Brasil é percebido que em todas as fases de sua história, a questão de cor da pele é um dos fatores preponderantes para designar as classes dominantes, levando isso a enormes diferenças sociais, constituindo um dos piores preconceitos humanos, o racismo.

“Como nunca antes, vivemos uma época em que a preocupação com as desigualdades raciais tem provocado a busca de soluções, em especial a adoção de políticas públicas visando o combate ao racismo e a conquista da justiça social”.
(ALBURQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 10)

Reconhecendo o racismo como um verdadeiro problema social e um empecilho para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa, solidária e igualitária, a Constituição Federal de 1988 constituiu um complexo sistema de regras e princípios que tem como objetivo o combate ao racismo, manifestado das mais diferentes formas.

O fenômeno do racismo é tão antigo quanto a própria história humana, marcada pela intolerância e exploração com fins econômicos. Essa constatação, no entanto, não deve

O fenômeno do racismo é tão antigo quanto a própria história humana, marcada pela intolerância e exploração com fins econômicos. Essa constatação, no entanto, não deve permitir a sua naturalização. A ciência já evoluiu o bastante para asseverar, que sob o ponto de vista biológico, não existem raças, e sim apenas a raça humana.

Para Sant'ana genericamente a discriminação pode ser entendida como uma ação ou omissão que viola exercício ou acesso a direito dos indivíduos com bases em critérios injustificáveis.

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação, ou antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre o outro, inspiradas nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. (Sant'ana, 2005, p. 61)

A primeira lei legal a tratar diretamente do tema do racismo foi a Lei nº 1.390, de 03 de julho de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, essa lei foi aplicada no intuito de reparar um episódio de constrangimento em uma repartição comercial. Na prática, esta lei não teve eficácia alguma no combate à discriminação racial no Brasil.

Em 1989, foi promulgada uma nova lei, desta vez, conhecida como a Lei Caó (Lei 7.716/1989), apresentada pelo Deputado Carlos Alberto de Oliveira, que punia com mais severidade o crime de racismo e regulamentava o princípio constitucional de combate ao racismo. Caso ainda mais significativo é o da Constituição de 1988, regulamentado pela lei nº 7716, de 05 de janeiro de 1989, que afirma ser o racismo um crime inafiançável.

- A Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 – No Art. 5º XLII dispõe que “a prática de Racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.”

Nesse caso, a ação será pública e bastará que a vítima comunique o crime à autoridade policial ou ao promotor de Justiça para que este tome as providências legais cabíveis. Não é preciso que a vítima contrate advogado, visto que o promotor é que ingressará com a ação penal se o crime for enquadrado como de racismo.

CAPÍTULO III

3. O PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

3.1. TIPO DE PESQUISA

A Pesquisa desenvolvida é não experimental transversal correlacional, tem a finalidade de ampliar os conhecimentos nesta temática caracterizando-se, portanto, como pesquisa pura quanto à sua natureza. Quanto aos objetivos a que se propõe, está classificada como explicativa, perpassando ainda pelo aspecto da exploração do assunto. No tocante aos procedimentos técnicos para sua realização, será bibliográfica e de campo. Quanto à sua abordagem, será desenvolvida de modo quantitativo.

3.2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O método de abordagem utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa foi o hipotético-dedutivo, considerado a partir da formulação das hipóteses. Pelo processo dedutivo testa-se a ocorrência de fenômenos abrangidos pelas mesmas.

A pesquisa foi realizada com alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Parnaíba no estado do Piauí, através de questionário distribuído aleatoriamente em uma amostragem de 10 alunos, com intuito de fazer uma observação nesse ambiente escolar quanto a presença de manifestações preconceituosas. O questionário foi aplicado com perguntas fechadas, em que o aluno escolhia a resposta que mais se identificava com o seu conhecimento e a sua realidade.

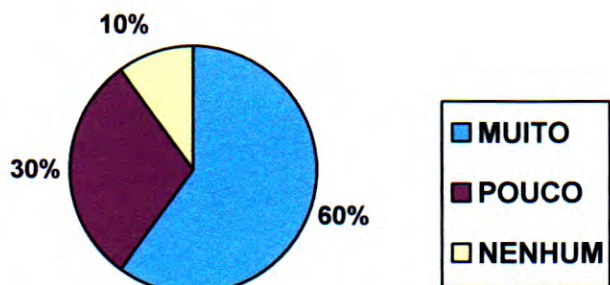
Também foram feitas algumas anotações de atitudes, gestos e falas dos entrevistados que serão citadas na apresentação e análise dos resultados.

3.3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Por ser uma pesquisa de abordagem quantitativa, com levantamentos de dados estatísticos. Os dados serão analisados e interpretados por meio de gráficos, sendo também analisados por comentários críticos e imparciais.

Gráfico I

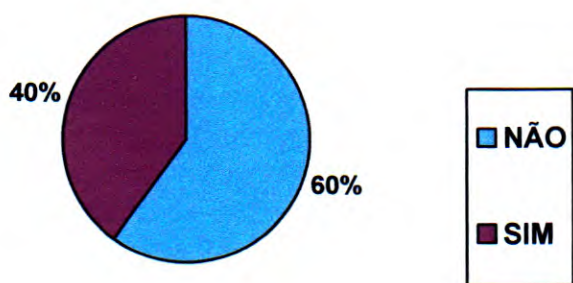
1- O preconceito contra os negros é:



Segundo as informações das respostas do questionário, o preconceito racial é um problema presente, pois 60% dos pesquisados afirmam que a discriminação contra o negro acontece com frequência nas relações sociais. Apenas 30%, afirmaram que os fatos são isolados, pois pouco acontecem e 10% afirmaram que não veem nenhum sinal de discriminação. Conforme opinião da maioria dos alunos, eles confirmam que o preconceito contra o negro está muito presente e acontece de maneira bem visível, algumas pessoas fazem questão de manter um distanciamento das pessoas negras.

Gráfico II

2 - Você já foi vítima dentro da escola de apelidos, xingamentos e piadas?



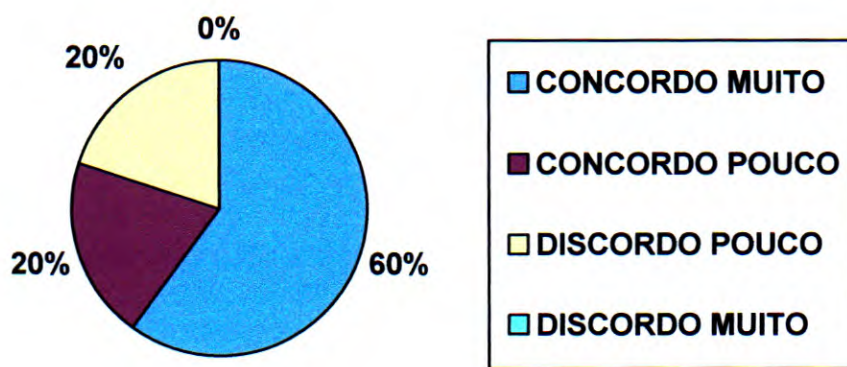
O resultado da análise apresenta que 60% não sofreram nenhum sinal de constrangimento. Já os 40%, que já sofreram algumas dessas atitudes.

A maioria que marcou a opção negativa disse que não permitiria ser vítima de tal situação. Já para os que sofreram o constrangimento, ficaram lembranças desagradáveis e a inimizade com o agressor, pois os apelidos aconteciam com frequência.

A discriminação nem sempre vem de maneira explícita, em sua maioria é de maneira sutil, que comprova a sua existência no subconsciente do indivíduo, causando sérias consequências às vítimas.

GRÁFICO III

3 - O ambiente escolar discrimina os negros?



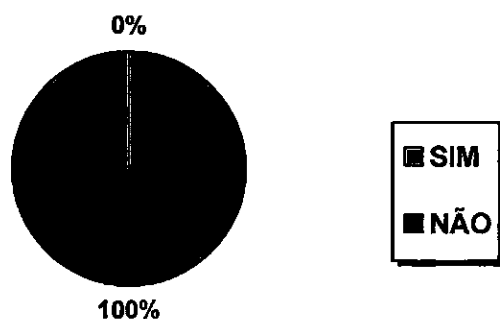
Dos entrevistado, 60% concordam muito que o sistema educacional discrimina; 20% concordam pouco e 20% afirmaram discordar pouco.

O ambiente escolar é um espaço de socialização, mas ainda acontecem atitudes preconceituosas, não há respeito às diferenças, pois ainda apresentam agressões verbais as quais ferem a dignidade humana.

A escola é um espaço onde os alunos têm apenas o conhecimento elaborado, mais não é só esse o seu papel, ela deve levar para a sala de aula a vivência do aluno, despertando-lhe o senso crítico para que possa interferir nos fatores político, social e econômico.

GRÁFICO IV

4 - Sua escola trabalha os conteúdos que tratam da questão negra?



Diante de um percentual tão negativo, pode-se concluir que os entrevistados não recebem nenhuma orientação sobre as políticas de reparação voltadas para a educação dos negros. Os professores ainda estão presos ao livro didático e à preocupação em concluir o conteúdo programático.

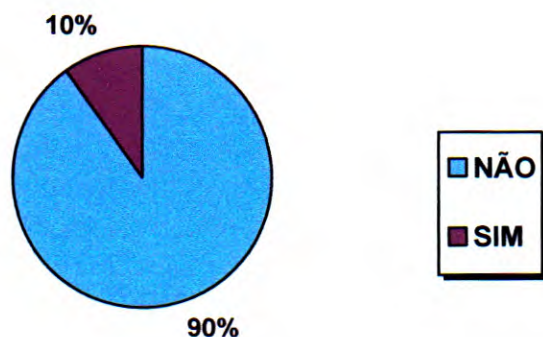
A questão racial é conteúdo obrigatório no currículo escolar, à lei 10639 de 2003.

"Art. 26A.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura afro-brasileira. Serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

GRÁFICO V**5) Você acha que as leis voltadas para o combate ao racismo funcionam?**

Dos entrevistados, 90% dos entrevistados acham que as leis não funcionam e 10% afirmaram que sim. As leis não funcionam porque são desconhecidas. Poucas pessoas se interessam em conhecer seus direitos e cobrá-los.

Deve ser traçada uma nova política educacional, para criar um fortalecimento da democracia, por meio de uma oferta de educação de qualidade, onde todos possam ter seu real valor, sem discriminação e, que não seja preciso criar lei que transforme o racismo em crime inafiançável ou até mesmo criar meios para os negros e pobres terem acesso às universidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, constatou-se que o cotidiano escolar está impregnado de preconceito contra o negro. As manifestações se apresentam sob múltiplas formas, seja elas através de termos pejorativos ou de agressões verbais. Atitudes, posturas, condutas e comportamentos de discriminação racial, além de serem ilegais e inconstitucionais, causam efeitos em quem as sofre.

Durante o estudo e aplicação da pesquisa, foi constatado que ao inferiorizar o indivíduo pela sua cor, é desencadeado um sentimento de total baixaestima, levando o educando a distanciar-se dos outros, prejudicando seu desenvolvimento social. Os prejuízos emocionais provocados pelo racismo têm como resultado o descrédito de si mesmo, o sentimento de fracasso, de importância e, sobretudo, de angústia por não conseguir expressar a sua dor. Mesmo sendo vítimas de discriminação, os alunos não deixaram de frequentar a escola, porém não existe mais aquela motivação, até porque as aulas não são atrativas, os alunos são apenas coletores de informações.

Percebeu-se que na organização do currículo da instituição pesquisada são contempladas disciplinas em que podem ser trabalhados assuntos do cotidiano dos alunos, mas a questão são os professores que ainda estão atrelados ao livro didático, sem despertar no aluno uma visão crítica para que eles possam interferir e mudar essa realidade.

O racismo fica evidenciado nos índices de alfabetização e escolaridade da população negra, na discrepância quantitativa e qualitativamente na relação entre ela e outras etnias. O problema da inserção dos afro-descendentes é, de fato, um problema crônico da educação que atinge não só a esses cidadãos, mas também a todos aqueles que pertencem às classes menos favorecidas, seja qual for a origem racial.

As medidas necessárias para mudar essa realidade estão nos segmentos político e social. Os investimentos aplicados na educação já apresentam alguns resultados, cabe à sociedade continuar reivindicando uma educação de qualidade e oportunidade de melhoria na qualidade de vida.

O presente estudo teve o intuito de fazer uma reflexão de como o preconceito de cor ainda hoje está presente nas relações sociais. É necessário aprender a conviver com as diferenças, uma vez que só assim é possível promover uma educação comprometida com a valorização do ser humano ao alcance de todos. Os educadores podem dar grande contribuição à mudança dessa realidade, sendo necessário buscar outros meios e aprender a

fazer uso de uma prática educacional que valorize a diversidade cultural e esteja atenta a qualquer forma de discriminação, progredindo nas discussões a respeito das diferenças raciais, e assim, educando crianças, jovens e adultos com menos preconceito.

Quando se trabalha o respeito pelo outro está dando uma grande contribuição para que a sociedade seja menos excludente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBURQUERQUE, Wlamira; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006

ALENCAR, Francisco Brochura/Lucia Carpi Ramalho, Marcus Venício Toledo Ribeiro **História da Sociedade Brasileira / - 2ª ed.**-Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola**, São Paulo:Summus, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2005.

_____. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de Educação fundamental. **Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998, v.3.

_____. **Ministério da Justiça**. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996.

_____. **Lei n. ° 10.639, de 09.01.03**: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. educação no Brasil. 2003

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1998,

BENCINI, Roberta. **Assim se forma a identidade**. Nova escola, São Paulo nº177, 46-53, novembro, 2004.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil – Leitura Crítico-compreensiva artigo a artigo**: Editora Vozes, Petrópolis, 8a. edição, 2002

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. Ed. Attar editorial, São Paulo, 2005.

CRETELLA Júnior, José. **Comentários à Constituição Federal de 1988**, Ed. Forense Universitária, 1989-1993, vols. I a IX. Brasília- MEC / SEF, 1997.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia no Brasil**. 6. ed.Trad. Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos, 1985
1998.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo, Cortez, 2003.

GOMES, Nilma L.; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HELLER, Agnes [et al.] *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999

KÖSSLING, Karin S. **O discurso policial sobre o afro-descendente: estigmas e estereótipos**. *Revista Histórica*, n. 15. julho/agosto/setembro de 2004, p. 4-10.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afrobrasileira”.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. In: “Coleção os grandes pensadores”. São Paulo: Ed. Nova Fronteira. 1997.

SANT’ANA, Antônio Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-68.

SILVA, Jr. Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Antônio Ozaí da. **História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)**. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

APÊNDICE

Questionário para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental

01. O preconceito contra o negro é:

- Muito.
- Pouco.
- Nenhum.

02. Você já foi vítima dentro da escola de apelidos, xingamentos e piadas?

- Sim
- Não

03. O sistema educacional discrimina os negros

- Concordo muito.
- Concordo pouco.
- Discordo pouco.
- Discordo muito.

04. Sua escola trabalha os conteúdos que tratam da questão negra?

- Sim.
- Não.

05. Você acha que as leis voltadas para o combate ao racismo funcionam?

- Sim.
- Não.

06. Você acha que é necessário adotar políticas para reparar as injustiças e erradicar o preconceito?

- Sim.
- Não.

07. Você acha que é necessário criar lei que transforme o racismo em crime?

- Sim.
- Não.

08. Você é a favor das cotas nas universidades para os pardos, negros e alunos da escola pública?

- Sim.
- Não.